

Local: Sala de Reunião da SEPLAN – 5º andar PCR
Data: 17/07/2018
Horário: 09:00 às 13:00h (manhã)

#### Pauta:

- ✓ Aprovação das atas de reunião;
- ✓ Aprovação da pauta da reunião;
- ✓ Resultados da leitura comunitária e contribuição virtual;
- √ Temas prioritários para as oficinas temáticas;
- ✓ Adequação do plano de trabalho.

#### Participantes da reunião do GT POT:

- ✓ Dos conselheiros do poder público presentes: João Domingos Azevedo, Glória Brandão, Fernando de Alcântara, Lorena Veloso, Norah Neves, Emília Avelino, Sandra Nunes, Inamara Melo e Maurício Guerra.
- ✓ Dos conselheiros de segmentos empresariais: Sandro Guedes (ADEMI/PE), Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE).
- ✓ Dos conselheiros de entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Cristiana Correia (CAU/PE), Noé Barros (IAB/PE), Sandra Pires (OAB/PE), Danielle Rocha (UFPE), Ronaldo Coelho (HABITAT).
- ✓ Dos Conselheiros do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Degenildo Trajano (PREZEIS), João José da Silva (MLPC), Giancarlo Costa (MLRT), Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos).
- ✓ Dos técnicos da PCR e Equipe Técnica do POT: Paula Bittencourt (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), João Victor (Poder Público), Rodrigo Tavares (Diagonal/JW) e Rodrigo Callou (Diagonal/JW).

✓ De outros presentes: Luana Varejão (Gabinete Ivan Moraes), André Araripe (Gabinete Ivan Moraes) e Ivan Moraes (Vereador).

~

DR

27



#### Resumo da reunião:

#### ✓ Aprovação das Atas

João Domingos (ICPS) informou que as Atas das reuniões do GT foram previamente enviadas aos conselheiros e indagou se alguém tinha alguma contribuição a fazer. Não havendo contribuições, as atas foram consideradas aprovadas.

#### ✓ Aprovação da pauta da reunião

O conselheiro Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos) solicitou que seja ajustada a ordem do segundo e terceiro item para uma discussão mais aprofundada sobre os ajustes necessários ao plano de trabalho.

Os itens de inversão seriam:

- 1. Temas prioritários para as oficinas temáticas;
- 2. Adequação do plano de trabalho.

Expôs que uma vez que caiu o empecilho de finalizar o Plano Diretor em 2018, segundo publicação do jornal, entende que há a possibilidade de rediscutir o processo.

Sandro Guedes (ADEMI) solicitou que seja determinado um prazo para que as discussões sejam mais objetivas.

João Domingos (ICPS) expôs que a informação, publicada no jornal, que apresenta janeiro de 2019 como data para a entrega da minuta está equivocada e informou que a Minuta deverá ser entregue em dezembro de 2018.

Pontuou que nessa reunião será tratada certa flexibilização de prazo, os temas para as oficinas e as adequações do plano de trabalho, não vendo sentido na inversão dos itens da pauta.

Sandra Pires (OAB) informa que não se opõe no que tange a inversão dos itens 2 e 3.

### ✓ Resultados da leitura comunitária e contribuição virtual

Rodrigo Tavares (consultoria) apresentou os resultados da leitura comunitária, a metodologia adotada, os ajustes metodológicos durante o processo de escutas por RPAs e as contribuições virtuais.

A Professora Danielle Rocha (UFPE) questionou se o tema mobilidade foi trabalhado apenas na camada infraestrutura e expôs que entende que esse tema deva ser abordado em mais de uma camada devido a sua interferência com Uso e Ocupação do Solo.

Rodrigo Tavares informou que o tema mobilidade foi tratado na camada de infraestrutura, entretanto o material gerado de diversas camadas estão sendo sobrepostos para que essas

informações se cruzem e se complementem.

\* \* \*



Rodrigo Tavares (Consultoria) também apresentou uma proposta preliminar dos principais temas, para as oficinas temáticas.

João Domingos sugeriu que a discussão prossiga na seguinte ordem:

- 1. Avaliação do diagnóstico;
- 2. Plano de trabalho e temas das oficinas temáticas.

O Grupo de Trabalho foi de acordo.

Sandra Pires (OAB) questionou quanto durou a discussão das oficinas de RPAs e como foi a metodologia adotada.

Rodrigo Tavares (Consultoria) informou a subdivisão das três camadas (Infraestrutura, uso e ocupação do solo e meio ambiente), as discussões em plenária, nas salas, os facilitadores, as ferramentas e os apoios. Apresentou também a metodologia adotada.

João José (MLPC) informou que a população local reclamou bastante da não apresentação do diagnóstico. Registrou que foram esquecidas as discussões em torno do Controle Urbano da Cidade do Recife, das ZEIS, da acessibilidade e das ciclovias.

Na sua opinião o processo ficou a desejar, entretanto alguns temas que foram conduzidos precisam ser analisados e incorporados ao trabalho.

Rodrigo Tavares (Consultoria) informou que o tema de comercio informal foi muito tocado nas discussões.

João Domingos (ICPS) informou que todo o material gerado nas oficinas será disponibilizado no site.

Giancarlo Costa (MLRT) salientou que os movimentos deram sua colaboração, mas lamentou que os registros realizados dentro das salas tenham sido apenas fotográficos. Expôs que as filmagens teriam sido importantes para o processo por serem uma ferramenta mais fiel ao que aconteceu dentro de cada sala.

Pontuou também que sentiu falta do controle do cidadão por RPA e que o tempo para as discussões temáticas foi exíguo.

O Conselheiro Leonardo Cisneiros (Direitos urbanos) informou que nas escutas que compareceu, se identificou como Universidade, porém verificou que o item de participação da academia com 0%. Expôs que, no seu entendimento, o que chamaram de mapa participativo não é participativo, pois a população não colocou a mão na massa.

Referente ao recorte territorial, ele também teceu críticas, pois os problemas são muito diversos e não se consegue discutir tudo numa única mesa. Pontuou, além da escassez do tempo para a

m

A THE L

¥: ≠ ( ) 3 P



discussão das inúmeras temáticas, a entrega do "cardápio de sugestões" dentro de algumas salas e enfatizou que na sua sala a discussão terminou em formato de plenária, não dando oportunidade para a fala de todas as pessoas. Questionou se a sistematização está sendo realizada tendo por base a lista apresentada pela consultoria. Concordou com Giancarlo no tocante ao registro do processo através de vídeo, inclusive porque foi bem expressivo o número de pessoas que questionou o processo, além do esvaziamento da plenária final devido a extensão de horário. Entende que deveria ter havido um GT após a primeira oficina para análise e ajustes do processo.

Elka Porciúncula (SINDUSCON) informou que foi muito bom ouvir as RPAs como representante do setor, cidadã e arquiteta urbanista, mas que alguns debates perderam o foco, pois entraram no viés político. Quando a discussão se dava em cima dos anseios e necessidades das comunidades, o debate era bem produtivo.

Entende as ações dentro do PREZEIS precisam ser colocadas em prática e que os temas de saneamento, drenagem, infraestrutura urbana e habitação precisam ser discutidos juntos.

Sandro Guedes (ADEMI) criticou o horário das escutas e ressaltou que deve se tentar cumprir o horário proposto. Quanto à Metodologia, entende que se trata de uma primeira etapa, e pontuou que identificou debates bastante enriquecedores e produtivos. Expôs que houve pessoas que contribuíram bastante, falando da ausência de estado, dos conflitos, dos seus anseios. Informou ter ficado surpreso com o conhecimento, com o sentimento de pertencimento da população. Entende que pode ser tirado um bom proveito daquelas discussões para o desenvolvimento do diagnóstico.

Referente ao posicionamento de Giancarlo sobre o controle de pessoas em suas respectivas RPAs, Sandro se identificou com um cidadão transversal, pelo fato de ser arquiteto que projeta em toda a cidade. Destacou a importância de numa mesma sala pessoas distintas opinaram e escutaram as necessidades uns dos outros.

Danielle Rocha (UFPE) questionou o termo capacitação utilizado nas escutas, pois no seu entendimento não houve. Pontuou que o que houve foi uma informação do que é o Plano Diretor e o POT. Referente a metodologia, entende que feriram o alinhamento do GT POT de não ser levado aquele material (lista de problemas e soluções) aos momentos de escutas, induzindo as discussões. Ressaltou também que as diversidades existentes numa mesma RPA fizeram com que fossem suprimidos temas importantes durante o debate, devido às disparidades entre os participantes.

João José informou que segurança pública e gênero é um tema muito importante a ser discutido.

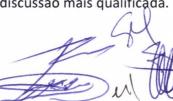
Ronaldo Coelho (Habitat) concordou com a professora Danielle no tocante à capacitação. Questionou que as escutas não foram devidamente divulgadas e que boa parte da população não tinha compreendido a magnitude daquele momento.

Pontuou que as falas políticas devem ser feitas nesses momentos de escuta sim.

Entende que deveria ter sido apresentado minimamente o material de que a PCR já dispõe, para conhecimento das pessoas, possibilitando uma discussão mais qualificada.

Q

A. A



12 mg



Referente à metodologia, havia sido exposta a possibilidade das pessoas participarem mais de uma sala, mas o tempo impossibilitava essa participação. Questionou se o dado referente ao número de participantes conseguiu identificar as pessoas que participaram de mais de uma RPA. Expôs também que não identificou como foram definidos os locais das oficinas, a metodologia, o meio de divulgação, transporte, entre outros com o GT.

Giancarlo Costa (MLRT) questionou se conseguiram mapear os bairros que contribuíram efetivamente. E quantas pessoas foram de cada bairro. Lamentou que a divulgação não tenha sido tema de pauta com os movimentos.

Cristiana (CAU) comentou que gostaria de ter participado mais das escutas, como também que a divulgação poderia ter sido maior, e que o caderno foi apresentado em um primeiro momento, mas foi cortado.

Pontuou que os debates foram interessantes mas se queixou da escassez do tempo.

Entendeu que a plenária final foi positiva, com pessoas que souberam explanar o que havia sido discutido, mas achou que uma parcela de pessoas que fizeram discurso teve conotação política. Sua avaliação geral foi positiva.

Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos) questionou o tempo da capacitação e também o prazo mínimo para a convocação das escutas, que, ao seu ver, foi ilegal, por não observar a resolução número 25 do Concidade.

Frisou que o processo foi feito em menos de 15 dias, enquanto deveriam ter sido vencidos os 15 dias de divulgação do processo das escutas.

Maurício (SDSMA) pontuou que é fundamental escutar os problemas diversos sob a ótica de cada um, e extrair material para esse trabalho.

Ressaltou que para a segunda fase é importante que seja feito um material mais robusto em cima do qual se deverá pensar as soluções para cada problema. Salientou que o Plano diretor, hora em elaboração, conta com um grande acervo.

Pontuou também que é preciso atenção para serem feitas as conexões dos diversos temas.

Informou que a discussão ambiental não se resume as unidades de conservação.

A sustentabilidade interfere na questão ambiental de forma mais ampla, então a infraestrutura do baixo carbono, construções sustentáveis, entre outros precisam ser trazidos para dentro das discussões. É fundamental que seja feito o link. Por fim informou que levantou a lebre do aspecto ambiental mas que todos fiquem atentos a essas conexões nas diversas temáticas.

Rodrigo Tavares (Consultoria) tentou trazer algumas respostas. Referente aos horários à noite, informou a dificuldade de participação nos horários comerciais e que o turno havia sido alinhado naquele GT. Quanto as etapas do Processo de Construção Coletiva explicou que estão subdivididas em dialogar/debater/deliberar, ficando os espaços de debates em grupo, aberto para que os integrantes opinem de forma livre. Referente ao mapa falado e a leitura comunitária é necessário um discurso qualitativo técnico, o que é permitido pela sistematização das contribuições. Importante dizer que nessa etapa de consulta pública permite qualificar o debate, organizar

A. A let apa de cons

So debate, organizar



conteúdo e garantir nivelamento de conhecimento. Entende que o processo de capacitação se dá durante todo o processo. Informou que nesse momento questões rotineiras são registradas nos mapas, e se isso não houvesse acontecido, dificilmente disporíamos de números para apresentar à população. Informou haver a participação e registros por bairros.

João Domingos (ICPS) informou que o processo foi muito rico e evoluiu bastante, que a assessoria do Vereador Ivan Moraes, ali presente, participou e colaborou, como um exercício de fiscalização que agregou bastante. Recebemos críticas e sugestões de outros autores e fizemos esse processo evoluir.

Quando discutimos sobre esse processo participativo, o horário das oficinas foi votado e aprovado aqui. Já era esperado iniciar os trabalhos após as 19:00h e contávamos com o esvaziamento após as 21:00h/21:30h, mas que o turno da noite ainda era o mais adequado para realização destes eventos.

Giancarlo já havia posto isso em questão em outro GT, e ainda assim decidimos fazer nesse turno. A necessidade que se tinha de iniciar o processo em um fórum amplo, em seguida trabalhar mais detalhadamente nas salas e depois a socialização na plenária também foi discutido e após conseguirmos vencer todas essas etapas, tivemos contribuições muito ricas.

O resultado foi satisfatório, com as mais de 1000 participações presenciais, somadas ainda às virtuais.

Deu o exemplo do participante identificado como Leo da FASE, que participou em mais de uma RPA, participando na primeira da discussão de Uso e Ocupação do Solo e na segunda do tema Ambiental, tendo sido muito rica sua contribuição, não vendo problemas de pessoas participarem de mais de um evento.

A respeito do processo informou que vamos amadurecendo e que essa escuta foi preliminar. Ao longo do processo existirão outros momentos de trocas e a ideia é que adentremos no momento de conclusão do diagnóstico. Informou que nas próximas etapas onde serão disponibilizados conteúdos prévios haverá prazos de divulgação mais ampliados.

Pontuou que se percebeu uma melhoria contínua no processo de escutas. As manifestações que ocorreram são legítimas e precisam ser respeitadas. Houve um excesso no caso da RPA 01 e o direito das pessoas que queriam participar foi lesado.

Sandra Pires (OAB) informou que uma das suas percepções foi a dificuldade da amplitude de ouvir esse território. Questionou se contribuições complementares podem ser apresentadas apenas pelo meio virtual ou se pode chegar através de outro meio.

Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos) informou que entende que contribuições podem ser feitas através de outros meios e protocoladas na Secretaria. Pontuou que o Plano de trabalho estava sendo desenvolvido a toque de caixa e questionou sobre a possibilidade de ajustes e outras escutas.

Justificou que escutas noturnas foram pactuadas nesse GT, entretanto se tinha o entendimento que seria das 19:00 às 21:00h, sem ocasionar esvaziamento. Pontuou que ouviu no processo de escutas que poderia ser solicitado mais de uma audiência pública, afim de dar um caráter mais oficial ao processo. E informou que só consta como participação popular o que for publicizado e

J(:-

on p.

Insta como participação popo

\* 6 mg



impessoal. Questionou o canal para solicitação de algumas informações que os Direitos Urbanos quer acessar antes da fase de elaboração da proposta.

João Domingos informou que todos os dados do processo de participação apontam que quase todos os bairros foram representados e esses dados serão disponibilizados. Referente ao acesso a mais dados ou informações, solicitou que a lista seja apresentada ao GT para que o município avalie a disponibilidade de tais informações e o prazo necessário para sua disponibilização.

Pontuou que Danielle (UFPE) fez uma colocação importante que havia ficado pendente de esclarecimento quanto a não utilização da lista de problemas e soluções. Considerou que o entendimento geral da reunião anterior era de que não deveria haver a relação direta de causa e efeito e que a metodologia deveria possibilitar as pessoas de fazerem uma leitura de problemas e soluções, conforme o seu entendimento e criatividade. Informou ainda que na mesma reunião do GT existe uma fala registrada por Degenildo, que entendia que a ferramenta deveria ser exposta à sociedade e que seria importante para auxiliar as pessoas na discussão. Explicou que, após o GT se procurou desenvolver um ferramental em que se listava, mas não limitava, um conjunto de possíveis problemas e soluções, mas sem gerar correlações diretas, buscando atender às demandas diversas postas pelo GT POT. Que esta ferramenta foi testada na primeira escuta da RPA-2, onde se avaliou a retirada da distribuição generalizada das cartilhas, o que foi feito a partir da seguinte escuta. Entende que no geral os resultados foram bastante produtivos. Pontuou também que sempre existirão críticas mas que os ajustes necessários buscarão ser incorporados ao diagnóstico. Solicitou que as articulações, entidades, assim como as pessoas individuais se organizem e avaliem como podem contribuir de forma mais assertiva para o processo.

Referente ao prazo, informou que a crítica é legítima e que no processo de reuniões prévias que tivemos do GT POT, não conseguimos entrar em alguns detalhamentos dessa primeira rodada. Informou que a equipe está aberta para ao longo do processo fazer as discussões necessárias, corrigindo falhas e aprimorando todo o processo.

Referente a capacitação do PREZEIS, João Domingos informou que existe a possibilidade de ser feita via Lincoln Institute. No tocante as Audiências Públicas deverá ser avaliado o formato e divulgação.

Outro tema bastante relevante que surgiu ao longo desse primeiro processo, é referente à eleição de delegados, que ainda será discutido. Esclareceu que nessa primeira etapa, não poderia haver controle ou restrição de pessoas por RPAS. Entretanto, no momento das devolutivas deverá ser vista a necessidade de um controle devido a possibilidade de haver também à eleição dos delegados para a conferência. Esse assunto deve ser tratado com urgência e já devemos iniciar as discussões a respeito do regimento da conferência e eleição de delegados, buscando talvez, conforme manifestações, dissociar a eleição de delegados da devolutiva, no intuito de não comprometer o escasso tempo das devolutivas com a eleição.

Giancarlo Costa (MLRT) questionou o porquê da guarda municipal ter realizado um trabalho de revista.

ON

f. )

S. S.



João Domingos (ICPS) registrou que houve um incidente na escuta da RPA 01, por parte de moradores do Coque e outras representações, onde foi suspenso o trabalho e não houve confrontação com a guarda.

Informou que na RPA 04 não há nem nunca houve orientação alguma a respeito de revista ou afronta ao direito de participação das pessoas.

Explicou que o fato da reunião anterior não ter conseguido acontecer, deve ter gerado um certo tensionamento afim de garantir a realização do evento. Mas o desejo é evitar esse tipo de confrontação de parte a parte.

João Domingos informou que o prazo para revisar o Plano Diretor e enviá-lo para análise à Câmara dos Vereadores é em Dezembro/2018. Desta forma, ampliou-se o cronograma originalmente previsto em cerca dois meses. Apresentou uma consulta feita pelo Município de Blumenau ao Ministério das Cidades como uma das justificativas que levaram o município a avaliar a ampliação do prazo originalmente previsto.

Sandra da OAB questionou se foi enviado algum ofício por parte do Município solicitando orientação aos Ministério das Cidades.

João informou que esse não foi um pedido do Município, mas sim a consultoria quem verificou essa possibilidade a partir da identificação da existência desta consulta. Informou que a sugestão de Sandra (OAB) será levada ao conhecimento da Procuradoria para avaliação.

Na ocasião também foi registrado que houve falha por parte do jornalista, na publicação da data de entrega da Minuta (que apontava a conclusão em janeiro/2019), e foi frisada a necessidade de o processo ser vencido até dezembro/2018.

Leonardo Cisneiros destacou que o Movimento da Articulação Recife de Luta levantou a possibilidade de celebração de TAC com o MPPE, tendo o referido órgão emitido uma recomendação a qual não foi acatada pelo Município.

Glória Brandão (ICPS) informou que não ia se posicionar com relação ao prazo uma vez que isso compete a Procuradoria. Registrou entretanto, que o Ministério Público de Pernambuco emitiu uma recomendação ao Chefe do Executivo Municipal a qual, entre outras coisas, recomendava a anulação de todos os atos até então praticados pelo GT e Concidade.

Pontuou que no que tange a questão do prazo e do TAC, a posição oficial do Município é que não deve haver ajuste de conduta uma vez que não existe nada irregular.

Sandra Pires (OAB) informou que não tem conhecimento de que o Ministério Público não entrará com nenhuma orientação a PCR, conforme sinalizado pelo Vereador Ivan Moraes.

Ronaldo Coelho (Habitat) informou que o TAC já foi tratado aqui nesse GT, mas que o posicionamento da Procuradoria é de não estender o prazo, portanto possivelmente não escutará

essa recomendação.

.

Wi. DR N. S



Sandro Guedes (ADEMI) informou que todos sabem que o prazo é curto, já houve uma primeira distensão, e agora será trabalhado com o prazo de dezembro. Entende que já é um ganho e não pode ser deixado de fazer os seus deveres. Entende que o Plano Diretor não é um novo Plano e sim uma revisão. Questionou se alguém já se deu ao trabalho de ver o que existe de material e o que de fato precisará de revisão.

Pontuou também que quando se diz que a sociedade não sabe o que é o Plano Diretor, é reflexo da pouca disseminação em cada uma das bases dos que ali estão representando. Entende que cada um daquele GT deve ir nas suas bases, levantar quais são os anseios do grupo e levar até ali.

Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos) questionou qual o posicionamento do Prefeito, da Procuradoria, e do Secretário de Planejamento a respeito da extensão do prazo. Solicitou que o Município informe se existe o interesse em estender o prazo em havendo respaldo jurídico.

#### ✓ Encaminhamentos:

João Domingos (ICPS) informou que foram vencidos os resultados de leitura e contribuição virtual.

Referente aos temas de discussão para as oficinas temáticas que foram postos, deverão ser debatidos e alinhados na próxima reunião do GT. Informou que as oficinas temáticas deverão acontecer ao longo do mês de Agosto.

Informou que haverá uma conversa sobre o Regimento da Conferência nesse GT, e na ocasião a sugestão é que deverá ser formado um grupo menor de trabalho para análise de tal documento, afim de serem providenciados os próximos passos.

Maurício Guerra (SDSMA) questionou se existe alguma Minuta prévia à Conferência. E o que está sendo pensando para tratar temas tão divergentes

João Domingos informou que não existe nenhuma Minuta prévia e que na próxima reunião o objetivo é formarmos uma comissão para tratarmos esses assuntos, e ainda que tentará se levantar a existência de alguma minuta que sirva de base

Foi alinhada e votada data para uma próxima reunião do GT POT, em 25/07/2018 (quarta-feira), das 9:00 as 13:00h.

Noé Barros (IAB) informou que acontecerão encontros para debates temáticos semanais relacionados ao processo de revisão do Plano Diretor, nas quintas-feiras, as 19:00horas, no IAB e convidou todos a participarem.

H.

S. A



### Conselheiros presentes que integram o GT POT:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Cristiana Correia (CAU/PE) – Titular	lashawa Conaca do D.
Danielle Rocha (UFPE) – Titular	Daniele Dr.
Degenildo Trajano (PREZEIS) – Titular	Degenido broxomo
Emília Avelino (Poder Público) - Titular	- Edwill Wins
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) - Titular	
Fernando de Alcântara (Poder Público) - Titular	Marie
Giancarlo Costa (MLRT) - Titular	giancis at do Li
Glória Brandão (Poder Público) - Suplente	
Inamara Melo (Poder Público) - Suplente	Brown ara S. Vel
João Domingos Azevedo (Poder Público) - Titular	
João José da Silva (MLPC) - Suplente	$\mathcal{W}$ ,
Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos) - Titular	Leonra (isw_
Lorena Veloso (Poder Público) - Suplente	Tour St.
Maurício Guerra (Poder Público) - Titular	Ma A
Noé Barros (IAB/PE) - Suplente	Ejaplegio & Ro Beens
Norah Neves (Poder Público) - Titular	Club,
Ronaldo Coelho (Habitat) - Titular	*
Sandra Nunes (Poder Público) - Suplente	Gefguns
Sandra Pires (OAB/PE) - Titular	Jan.
Sandro Guedes (ADEMI/PE) - Titular	